

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos 2



Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA	
<i>Mônica Andrade Modesto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923081	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”?	
<i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923082	
CAPÍTULO 3	26
HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA	
<i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923083	
CAPÍTULO 4	36
EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA	
<i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923084	
CAPÍTULO 5	40
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA	
<i>Rogério Chaves da Silva</i>	
<i>Paulo Alberto da Silva Sales</i>	
<i>Sidney de Souza Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923085	
CAPÍTULO 6	56
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS”	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923086	
CAPÍTULO 7	68
HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS	
<i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i>	
<i>José Antonio de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923087	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX	
<i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923088	

CAPÍTULO 9	90
HISTÓRIA INTELLECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL	
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i>	
<i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923089	
CAPÍTULO 10	104
IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS	
<i>Nívea Faria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230810	
CAPÍTULO 11	114
MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE	
<i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i>	
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230811	
CAPÍTULO 12	124
MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO	
<i>José Antônio Dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230812	
CAPÍTULO 13	136
MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART	
<i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230813	
CAPÍTULO 14	145
O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO	
<i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i>	
<i>Eduardo Pimentel Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230814	
CAPÍTULO 15	155
O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE	
<i>Adelar Heinsfeld</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230815	
CAPÍTULO 16	165
O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO	
<i>Maristela Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230816	

CAPÍTULO 17	180
POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS	
<i>Rivail Carvalho Rolim</i> <i>Letícia Gonçalves Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230817	
CAPÍTULO 18	195
PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i> <i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230818	
CAPÍTULO 19	204
QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO	
<i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i> <i>Suely Lima de Assis Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230819	
CAPÍTULO 20	216
RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)	
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230820	
CAPÍTULO 21	228
RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP	
<i>Marcio Douglas Floriano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230821	
CAPÍTULO 22	236
RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230822	
CAPÍTULO 23	247
RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
<i>Carolina Martins Saporetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230823	
CAPÍTULO 24	258
REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937	
<i>Eduardo Barreto de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230824	

CAPÍTULO 25	271
VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA	
<i>Edson de Sousa Brito</i>	
<i>Camila de Souza Cardoso</i>	
DO 10.22533/at.ed.60019230825I	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	279
ÍNDICE REMISSIVO	280

MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO

José Antônio Dos Santos

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul - Ufrgs, Departamento De Educação E Desenvolvimento Social
Porto Alegre – Rs

RESUMO: O principal objetivo do artigo é, a partir do campo de pesquisas das relações étnico-raciais, apresentar uma revisão do que foi produzido nos Programas de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi conduzida por duas questões que levantamos ao longo do texto, que resultaram em alguns apontamentos de avanços e limites da historiografia que se deteve na população negra, também colaborando para a definição de contornos daquilo que entendemos como a história do Movimento Negro no estado.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Negro; história; relações étnico-raciais; Rio Grande do Sul

BLACK MOVEMENT IN RIO GRANDE DO SUL: APPOINTMENTS FOR A HISTORY OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE STATE

ABSTRACT: The main objective of the article is, from the field of research of ethnic-racial relations, to present a review of what was produced in the Graduate Programs in History of Rio Grande do Sul. The research was

conducted by two questions that we raised to the which resulted in some notes of advances and limits of historiography that stopped in the black population, also collaborating to define contours of what we understand as the history of the Black Movement in the state.

KEYWORDS: Black Movement; history; ethnic-racial relations; Rio Grande do Sul

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa na imprensa negra do Rio Grande do Sul nos permitiu reconhecer e apontar que os negros do estado mais meridional do Brasil participaram de forma efetiva das principais questões nacionais no pós-abolição. Eles dialogavam com ideias e propostas nacionais e da diáspora africana, se organizaram em diversos clubes e associações na defesa dos seus interesses, e foram pontas de lanças em algumas das principais mobilizações e conquistas da população negra brasileira.

É recorrente os militantes do Movimento Negro Brasileiro (MNB), principalmente, pós-década de 1970, confirmarem o protagonismo, resistência e organização dos “negros gaúchos” no enfrentamento ao racismo. Em 1971, por exemplo, o Grupo Palmares, fundado em Porto

Alegre, levou para o país a proposta de um dia alternativo ao 13 de maio. Em 1978, o Movimento Negro Unificado aprovou a data e instituiu o Dia Nacional da Consciência Negra.

O Rio Grande do Sul se constituiu historicamente como um território de acentuada concentração de descendentes de europeus, atualmente, são 82,3%, e baixa presença negra (17,3%), o que tem acarretado denúncias recorrentes de casos de racismos e preconceitos praticados contra essa população minoritária. Segundo reportagem intitulada, “Processos envolvendo racismo aumentam 4,5 vezes no Estado”, publicada em 2014, no principal jornal do estado, o setor de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, demonstrou que em 10 anos, a quantidade de processos julgados sobre racismo apresentou crescimento de 350%. Conforme os registros do Tribunal eram 12 as ações envolvendo alguma forma de discriminação racial em 2003, número que cresceu para 54, em 2013.

Por outro lado, o Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol do ano de 2014, destacou que o Rio Grande do Sul, dentre os demais estados brasileiros, teve o maior número de ocorrências de casos de racismo no futebol. Fundado em Porto Alegre, desde aquele ano, o Observatório da Discriminação Racial no Futebol tem divulgado seus relatórios, tornando públicas situações flagrantes que acontecem de forma recorrente nos estádios de futebol do estado, o que ajuda a confirmar ideias difundidas nacionalmente sobre o “racismo dos gaúchos”.

São dinâmicas sociais e de entendimento da realidade e da história do estado que nos levam a duas questões que estão relacionadas: afinal, o estado do Rio Grande do Sul têm números expressivos de denúncias racistas por ser formado por uma população majoritariamente advinda do processo imigratório europeu, ou, os negros daqui, em virtude do menor número, possuem maior “pré-disposição” ou “consciência etnicorracial” para denunciar situações de racismos e preconceitos? São perguntas complexas que exigem dedicação e pesquisas na mesma altura. No caso, direcionaremos a atenção para as organizações criadas em defesa da população negra no pós-abolição no campo das relações raciais, o que por si só não indicam respostas simplificadas nem definitivas, mas reflexões iniciais que apontam possibilidades para novas pesquisas.

O objetivo principal do artigo é, a partir de revisão bibliográfica nos Programas de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul, apontar alguns avanços e limites das pesquisas sobre a população negra. A tentativa é definir alguns contornos daquilo que entendemos como a história do Movimento Negro no estado; provocar reflexões para futuras respostas àquelas questões e levantar alguns apontamentos para a compreensão das relações étnico-raciais no estado.

2 | HISTÓRIAS DE UM CONCEITO EM MOVIMENTO

Historicamente, os movimentos sociais são considerados “agentes” que apontaram a necessidade de mudanças e encaminharam demandas identificadas por indivíduos que denunciaram formas de opressão que estavam além das relações estritas entre os detentores do capital, donos dos meios de produção e financiamento, e aqueles que possuíam a força física e a capacidade técnica e operacional. Eles informaram a existência de mecanismos de coerção social e da manutenção de hierarquias e desigualdades que se deram em relações públicas e privadas, muitas destas, levaram ao machismo, à xenofobia, à guerra, à homofobia, assim como ao racismo, ao preconceito e à segregação racial.

Como afirmou Scherer-Warren (1989, p. 94), em livro clássico sobre os principais teóricos dos movimentos sociais:

“[...] os movimentos sociais são agentes históricos que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, etc., mas expressam também muito mais do que isto, pois expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas para o comando de uma nova historicidade”.

Comungo com a autora a ideia de que as reivindicações e denúncias públicas dos grupos organizados é que tornaram visíveis as diversas formas de controle social e exercício de poder, assim como apontaram para a necessidade de mudanças. Isso pode ser visto inicialmente como simples manifestação de descontentamento ou crítica social, mas assume ao longo do tempo formas de contestação explícita e indica novos contornos políticos e comportamentais por meio da criação de organizações específicas. Por exemplo, no final do século XIX e início do século seguinte, antes do processo de escolarização pública pelo governo brasileiro, algumas pessoas ou grupos partiram para a iniciativa da construção de suas próprias escolas. Fossem particulares, operárias, comunitárias, católicas ou “étnicas” todas as iniciativas se voltavam para a resolução do problema da falta de educação dos seus filhos. Imigrantes e “nacionais”, diga-se, negros, criaram centenas de escolas conformando um verdadeiro “movimento pela educação” o que, de certa forma, forçou o Estado a tornar a educação uma política pública nacional.

Nesse sentido, estudar a historicidade, – da constituição à perenidade –, dos sujeitos e suas iniciativas na resolução de problemas sociais, é passível de entendimento que se constituem em nítidos demarcadores de ações coletivas que irão se descortinar em agentes históricos organizados ao longo do tempo. A ação em busca de alternativas aos problemas sociais e econômicos inicialmente apontados por indivíduos, ao se aglutinar a um conjunto de iniciativas formadas por coletividades de cunhos variados (étnicos, geracionais, classistas, de gênero) e com reivindicações específicas, conformam o que identificamos como movimentos sociais e sua agência como atores históricos.

Em prefácio ao livro “Histórias do movimento negro no Brasil”, Angela de Castro Gomes (2007, 9-10), afirmou:

“1978 também foi o ano de criação do Movimento Negro Unificado, MNU, em São Paulo. Não era o primeiro movimento desse tipo, nem seria o último. Uma coisa que a gente logo aprende lendo o livro, pois a luta pela afirmação do negro no Brasil tem tradição e passado, com iniciativas que remontam à Primeira República. Há que se ensinar isso aos militantes do movimento, mas não apenas a eles”.

A autora faz duas afirmações importantes sobre o conteúdo do material que prefaciou e que nos são úteis para o desenvolvimento inicial do artigo: a primeira, diz respeito ao desconhecimento de boa parte dos historiadores sobre a “tradição e o passado” de lutas do negro no Brasil que remontam à Primeira República; a segunda, remete à nossa presunção de historiadores em querer ensinar aos outros apenas a história que conhecemos. Desconsideramos que cada pessoa ou grupo social carrega consigo suas próprias histórias e, muitas dessas histórias, estão distantes do escopo de pesquisa e, porque não dizer, do universo de entendimento da maioria de nós – historiadores.

São recorrentes os livros de história do Brasil e alguns trabalhos acadêmicos que não fazem qualquer referência ao movimento social e político levado a cabo pela população negra desde a abolição. Também é comum tratar de temas como a resistência dos “novos movimentos sociais” à ditadura civil-militar brasileira, sem citar as organizações que constituíram o Movimento Negro e tiveram atuação destacada contra aquele regime. Muitos pesquisadores pensam que o Movimento Negro Brasileiro nasceu em São Paulo, em 7 de julho de 1978, quando da criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Desconhecem a longa trajetória das Irmandades negras católicas, dos clubes e associações, dos jornais da imprensa negra, dos grupos teatrais, musicais e as trajetórias de suas principais lideranças. É necessário refletir sobre as histórias que aprendemos e ensinamos nas escolas e universidades, repensar os documentos que selecionamos e as histórias que narramos.

Estamos muito distantes da realidade e da história da maioria do povo brasileiro. A construção da historiografia que se identifica com os temas da “emancipação e pós-abolição” é recente, foi a partir do final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, que vieram à tona memórias e documentos, jornais, fotografias e atas de reuniões de intelectuais e militantes negros e negras. Algumas das fontes de pesquisas resultaram em trabalhos que demonstraram uma série de iniciativas articuladas, no sentido da organização de mecanismos de representação social, cultural e política, que se voltaram para a resolução dos principais problemas da população negra desde antes da abolição até os dias atuais, constituindo o que se entende como a história do Movimento Negro Brasileiro (PEREIRA; SILVA, 2009; DOMINGUES, 2007).

Na sua maioria, é uma história produzida por pesquisadores negros e negras

que acessaram as universidades públicas como decorrência das políticas de ações afirmativas. O campo de pesquisa tem proposto o alargamento temporal e conceitual daqueles protagonismos em termos não apenas de uma história comum negro-brasileira, mas também da construção de um pensamento social negro que foi iniciado no processo abolicionista e se consolidou depois dele.

As reivindicações de acesso à terra, à educação e ao mercado de trabalho; o direito de circular e permanecer em lugares públicos; a criação de espaços de confraternização e religiosidades, assim como a luta pelos direitos civis republicanos, tudo isso serviu para a conformação de identidades negras e mestiças que se aglutinaram em torno da categoria “negro”. As organizações negras de todo tipo foram fundamentais para o fortalecimento da autoestima, para a consolidação de solidariedades étnicas entre os descendentes das senzalas e para a formação de um amplo Movimento Negro pela conquista da cidadania.

3 | HISTORIOGRAFIA E RELAÇÕES RACIAIS NO RIO GRANDE DO SUL

A pesquisa foi realizada a partir das bases de dados disponíveis nas páginas eletrônicas de alguns dos Programas de Pós-Graduação em História do Estado. Inicialmente, nos detivemos nos títulos e nos resumos das teses e dissertações, chegando ao conteúdo dos trabalhos apenas naqueles que nos indicavam a pertinência do que buscávamos. Embora as fragilidades das informações, critérios de organização e objetivos diversos dos pós-graduações quando disponibilizam os dados, o que foi coletado se mostrou como indicador bastante plausível dos interesses dos pesquisadores por determinados temas e períodos históricos.

A UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), por exemplo, iniciou o mestrado em história em 2010, e o doutorado em 2015, tendo sido defendidos 66 trabalhos no mestrado, com apenas 02 pesquisas sobre a escravidão e nenhuma sobre o pós-abolição. Enquanto o mestrado em história da UFPEL (Universidade Federal de Pelotas) foi reconhecido em 2009, e apresenta na sua página, cerca de 60 dissertações defendidas e apenas 03 sobre pós-abolição e 01 sobre escravidão. A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) teve o seu Mestrado Profissional em História criado em 2011, desde então, foram defendidas 40 dissertações, destas, 04 foram sobre a utilização de recursos didáticos para o ensino de história e cultura afro-brasileira e para a educação das relações etnicorraciais.

Grosso modo, o que acessamos nos levou à conclusão de que os principais temas de interesses dos historiadores continuam sendo os processos políticos e os personagens oriundos da imigração europeia. As pesquisas sobre o movimento operário, por exemplo, continuam ignorando a participação das lideranças e trabalhadores negros e se centrando nos imigrantes. A escravidão, como havia sido até o final dos anos de 1980, deixou de ser um dos períodos mais pesquisados em

nossa historiografia. Há nítidas mostras de que as pesquisas que se detinham nas periodizações restritas à Colônia e ao Império vêm cedendo espaços para a República Velha (1889-1930). Talvez seja reflexo, dentre outras questões, da criação de pós-graduações “profissionalizantes”, que têm se voltado para a reflexão dos dilemas dos cotidianos escolares no sentido da implementação das leis (10.639/03 e 11.645/08) que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

No caso dos programas mais consolidados, os períodos imediatamente anterior ou logo depois da abolição da escravidão passaram a ocupar o tempo e as mentes de alguns historiadores. Os anos 2000 têm sido marcados por diversas abordagens sobre os negros sul-rio-grandenses, muito embora, não tenhamos uma história que complete todas as lacunas das contribuições dessa população. Ou seja, houve a preocupação com algumas organizações sociais, culturais e políticas, com o mapeamento de territórios específicos das comunidades remanescentes de quilombos e com trajetórias das lideranças negras que mais se destacaram. Mas não dispomos de uma abordagem que se preocupe com o conjunto das iniciativas criadas em defesa dos interesses negros, no sentido da definição de estratégias de lutas e organização que defina o que entendemos como “uma história do Movimento Negro”.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) tem o mais antigo Pós-Graduação em História do estado, criado em 1973, foram defendidas 424 teses e dissertações. É o que detém a maioria das pesquisas sobre temáticas as mais diversas daquilo que entendemos constituir a história do Movimento Negro. São trabalhos que se detiveram em períodos históricos, territorialidades e atores diversos do meio negro com preocupações comuns de dar “visibilidade” a esses temas (MULLER, 1999; MATTOS, 2000; CAMPOS, 2006; PEREIRA, 2007; GOMES, 2008; 2014, SANTOS, 2011; SILVA 2011; TRAPP, 2014; MARQUES, 2017; PREDEBON, 2019).

Um dos raros exemplos de pesquisa sobre o Movimento Negro foi o de Campos (2006), que trabalhou com a história do Grupo Palmares, fundado em Porto Alegre, em 20 de julho de 1971. Formado por estudantes e jovens profissionais, inicialmente, constituiu-se como um grupo de estudos da história do negro no Brasil que, a partir daquela data, tornou-se referência do ativismo negro nacional ao propor o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”. A data da morte de Zumbi, líder do quilombo dos Palmares, em 1695, serviu de fundamento político para justificar a criação da efeméride. Como data alternativa ao 13 de maio de 1888, em geral tida como uma benesse da Princesa Isabel e não uma conquista de abolicionistas e escravizados. O “Vinte de Novembro”, como escrevem os militantes negros, passou a ser um símbolo da organização e resistência contra o racismo e a opressão da sociedade hegemônica branca.

Quase dez anos depois daquela pesquisa tivemos o mestrado de Trapp (2014), preocupado com a atuação do Movimento Negro Brasileiro na III Conferência das

Nações Unidas Contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Ainda, Gomes (2008) outro exemplo de pesquisa sobre o que é tido como Movimento Negro Brasileiro clássico, ou seja, organizações de cunho reconhecido como estritamente político. É necessário alargar esse conceito para as organizações culturais, muitas delas ocultavam a atuação política na designação como cultural. O período da luta contra a ditadura civil-militar (1964-1985) esteve recheado delas.

O Grupo de Teatro Saci, criado em 1965, assim como o Grupo de Teatro Novo Floresta Aurora, em 1967, tiveram destacada atuação política e cultural junto à comunidade negra de Porto Alegre. O segundo, juntamente com o Grupo de Teatro Marciliense, em 1969, encenou a peça *Orfeu da Conceição* no principal espaço da elite da capital, o Teatro São Pedro. Escrita por Vinícius de Moraes, em 1954, a peça que tratava da realidade das favelas cariocas a partir da mitologia grega de Orfeu e Eurídice, havia sido encenada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1956, pelo Teatro Experimental do Negro.

O interessante é que os atores e atrizes faziam parte da Sociedade Floresta Aurora, fundada em 1872, e do Clube Náutico Marcílio Dias, fundado em 1949, os dois clubes que tinham como associados os principais integrantes do Grupo Palmares. Sabemos ainda, a partir da memória de Oliveira Silveira (2003, p. 34), que o exemplo do Grupo Palmares chegou ao interior do Estado. Em 04 de agosto de 1974, em Rosário do Sul, foi fundado o Grupo Unionista Palmares, e, em 2001, o Grupo Unionista trocou o nome para Grupo Palmares de Rosário do Sul. Infelizmente, nenhuma das iniciativas sumariamente descritas acima receberam, até o momento, qualquer atenção dos historiadores.

O segundo mais antigo Pós-Graduação em História do Estado, o da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), criado em 1986, teve o primeiro trabalho sobre temática negra quando tratou da trajetória do músico Lupicínio Rodrigues, em 1995. A autora, Oliveira (1995; 2002), deu continuidade à pesquisa no doutorado, defendido, em 2002. Sobre os “territórios negros” da capital, o primeiro trabalho foi sobre a Colônia Africana (KERSTING, 1998); o que, de certa forma, vai abrir precedentes para as pesquisas que se seguiram buscando entender os processos de territorialização e deslocamento da população negra na cidade.

As pesquisas sobre o processo de manutenção das terras historicamente ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos urbanas (MATTOS, 2000) e rurais (AGUILAR, 2012) iniciaram nos anos 2000. Também aquelas que se detiveram nas perdas de territórios e deslocamentos forçados dessa população, como foram os casos da Colônia Africana e do Areal da Baronesa (NUNES SANTOS, 2011). A partir de determinados contextos sociais e políticos atuais, como foi o caso da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo, é relativamente fácil construir uma periodização das pesquisas acadêmicas que acompanham as demandas dos movimentos sociais.

Com relação às expressões culturais, no caso, o carnaval das décadas de

1930-40, foi abordado inicialmente, por Germano (1999), e obteve continuidade em Rosa (2008), ambos, trazendo à tona significativas pesquisas sobre as agências negras na defesa de seus interesses. Também a música (BOHRER, 2014), o futebol (MACKEDANS, 2016), e os clubes sociais negros (OLIVEIRA, 2016; SILVA, 2017), foram pesquisados na capital e no interior com significativas contribuições para o reconhecimento das organizações negras. Os autores tiveram viva sensibilidade para entender as expressões culturais como meio de empoderamento, organização e sobrevivência étnica, que concentrou esforços em torno de interesses comuns e serviu de possibilidade construtiva de autoestimas e identidades negras.

Com relação aos recursos teóricos e conceituais utilizados, grosso modo, são tributários do que se entende como “estudos culturais” ou “história vista de baixo”, que passaram a ocupar os historiadores na virada do século. Dentre outras questões daí advindas, eles e elas passaram a tratar o pós-abolição como problema histórico; enfocaram a história a partir do protagonismo negro; e trabalharam com documentos (iconográficos, orais ou impressos) produzidos por negros. O que salta aos olhos é que a maioria das pesquisas tem um direcionamento bastante definido a partir do campo de pesquisa dos orientadores. Como temos raras exceções de professores negros nos pós-graduações, é constrangedor confirmar o racismo epistemológico que consagra uma escrita de brancos para brancos e que desconsidera os cânones que não sejam os ocidentais.

4 | UMA PERIODIZAÇÃO NECESSÁRIA

As principais lideranças, escritores, políticos, atores, músicos, artistas plásticos, suas reivindicações e programas políticos, assim como as organizações de cunho social, beneficente, cultural, esportivo da população negra oferecem um vasto repertório a ser pesquisado. São pouco estudados como resultado de um amplo processo de mobilização social contra o racismo e a exclusão. As pesquisas estão dispersas, mantendo diversidade temática e abordagens significativas em alguns casos, mas sem uma reflexão que as conjuguem e apresentem como resultado de um movimento sócio-político expressivo que ultrapassou as fronteiras temporais e geográficas do estado.

No pós-abolição do Rio Grande do Sul identificamos quatro momentos fundamentais de resistência e mobilização da população negra. Foram os períodos em que organizações apontaram mudanças nas formas de mobilização e intervenção social e política na sociedade. O primeiro período vai de 1892 a 1930, quando os jornais, os clubes e as principais organizações negras foram fundadas. No caso da imprensa negra, O Exemplo, foi o principal balizador das denúncias públicas contra o racismo e pela união entorno da etnicidade. O segundo momento é o que vai de 1933 a 1971, foram os anos de fundação da Frente Negra Pelotense e do Grupo Palmares.

O primeiro foi inspirado na Frente Negra Brasileira, criada em 1931, em São Paulo, e que tinha uma forte conotação política e em defesa da educação. Entre a criação das duas organizações, houve um momento em que o Estado Novo (1937-1945) pareceu reconhecer a importância dos negros na história do país. Dentre outras organizações nacionais, foi fundada em Porto Alegre, por João Cabral Alves, em 03 de janeiro de 1943, a União dos Homens de Cor, que se espalhou por 11 estados brasileiros

O terceiro período de mobilizações negras no Estado foi de 1971 a 2001, é o espaço-temporal em que o dia 20 de Novembro passou a ser uma demanda nacional do Movimento Negro Unificado e tornou-se o Dia Nacional da Consciência Negra. Em 1981, formou-se o Movimento Negro Unificado do Rio Grande do Sul, com vários Grupos de Trabalhos espalhados pelo interior. A partir de 1987, foi o ano em que a Associação Negra de Cultura e os grupos Kuenda e CoisaPreta começaram a atuar em atividades culturais. Também foi o tempo em que as mulheres negras romperam com os movimentos feministas e com o Movimento Negro e criaram suas próprias entidades representativas. Foi o caso do Maria Mulher – Grupo de Mulheres Negras, fundado em Porto Alegre, em 08 de março de 1987.

Finalmente, de 2001 aos dias atuais, tivemos a emergência das organizações representativas das comunidades remanescentes de quilombos, atualmente, são cerca de 160 comunidades distribuídas por todo o Estado. Houve uma série de iniciativas que se voltaram para as políticas de ações afirmativas nos empregos públicos e nas universidades; para a implementação da Lei 10.639/03; e para a fundação de dezenas de organizações não-governamentais e coletivos da juventude negra. Muitas passaram a atuar em diversas questões sociais e culturais, como: capoeira, futebol, samba, saúde, dança de rua e poesia, educação e violência contra jovens e mulheres negras.

A periodização proposta é uma tentativa de entendimento de uma historicidade complexa no tempo e no espaço, que nos indica a constituição de um amplo processo de consolidação daquilo que entendemos ser o Movimento Negro. O conjunto das iniciativas de natureza política, criadas por negros com o caráter cultural, educacional, beneficente, ou de qualquer outro tipo, que mantiveram o objetivo deliberado, embora muitas vezes pouco explícito, de lutar em defesa dos seus interesses.

5 | ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Desde os marcos regulatórios da Abolição e das Constituições republicanas de 1891 e 1988, os negros foram reconhecidos como iguais perante a lei, com direitos de liberdade, segurança, educação e propriedade, mas os frutos da urbanização, da industrialização e do crescimento econômico chegaram até poucos. Foi necessário partir para a ação de grupos organizados com o objetivo de superar as condições adversas provenientes do racismo, do preconceito e das discriminações que

dificultaram ou tornaram impossível o acesso a terra, ao mercado de trabalho, à educação, e ao desenvolvimento das suas expressões religiosas, culturais e de lazer.

O que a revisão bibliográfica nos indicou é que a luta contra o preconceito racial e por melhor situação econômica, assim como as disputas, – ideológicas, estratégicas, religiosas, de gênero, e mesmo as de pigmentação da pele –, dentro das trincheiras negras, não impediram certa unidade nas reivindicações. A solidariedade e a identificação etnicorracial foram dispositivos acionados para a unidade política visando a mobilização social na disputa pela hegemonia. As fronteiras entre as ações políticas, sociais e culturais, entendidas geralmente por aqueles que não fazem parte do meio negro como espaços de disputas e tensões, não se mantiveram estanques. Ao contrário, serviram ao diálogo e à aproximação para a afirmação comum de um sentido de “negritude” na busca pela igualdade de condições no acesso às riquezas do estado.

O número pequeno de negros no Rio Grande do Sul, assim como o expressivo número daqueles que se declaram como brancos, em boa parte oriundos do processo imigratório forneceu matizes racistas e altamente competitivos a essa população. Naquele primeiro período, os negros foram guetizados, no sentido em que foram confinados em territórios rurais, em vilas, clubes e associações. Fosse por imposição econômica ou social, por racismo, perseguição racial ou outros constrangimentos, tudo colaborou para uma maior conscientização racial e étnica negras.

O processo de aprendizados comuns, histórico e cotidiano, as disputas e a fricção interétnica racializada, a que estiveram expostos negros e brancos ao longo do pós-abolição no Rio Grande do Sul, nos tornou reconhecidos no país, por um lado, como organizados e resistentes, por outro, como racistas e preconceituosos. São duas faces de uma mesma moeda, conforme demonstrei, com graus diferenciados de representação e realidade.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria do Carmo. Famílias negras no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, 1940- 1960. Mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS, 2012.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. (Orgs.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; FGV, 2007.

BOHRER, Felipe R. **A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre**. Mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS, 2014.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço simbólico**. Mestrado em História. Porto Alegre, PUCRS, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, nº 23, jul. 2007.

DUARTE, Sílvia A. B. **A cultura afro-brasileira e indígena na sala de aula**: reflexões e diálogos dos educandos do ensino básico de Rio Grande – RS. Mestrado Profissional em História. Rio Grande, UFPEL, 2016.

GERMANO, Iris G. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia**: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40. Mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

GOMES, Arilson dos Santos. **O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)**. Doutorado em História. Porto Alegre, PUCRS, 2014.

_____. **A formação de oásis**: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso do Negro Brasileiro em Porto Alegre - RS, (1931-1958). Mestrado em História. Porto Alegre, PUCRS, 2008.

GOMES, Fabrício R. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito**: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul, 1934-1988. Mestrado em História. São Leopoldo, UNISINOS, 2008.

KERSTING, Eduardo H. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre**: a Colônia Africana (1890-1920). Mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS, 1998.

MACKEDANZ, Christian F. **Racismo nas quatro linhas**: os negros e as ligas de futebol em Pelotas, 1901-1930. Mestrado em História. Pelotas, UFPEL, 2016.

MAGALHÃES, Magna L. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo- RS). Doutorado em História. São Leopoldo, UNISINOS, 2010.

MARQUES, Leticia R. **O maestro Joaquim José de Mendanha**: música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil oitocentista. Tese em História. Porto Alegre: PUCRS, 2017.

MATTOS, Jane R. de. **Que arraial que nada, aquilo lá é um areal**. O Areal da Baronesa: imaginário e história, 1879-1921. Mestrado em História. Porto Alegre, PUCRS, 2000.

MÜLLER, Liane S. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920). Mestrado em História. Porto Alegre, PUCRS, 1999.

OLIVEIRA, Márcia R. de. **Uma leitura histórica da produção musical do compositor Lupicínio Rodrigues**. Doutorado em História. Porto Alegre, UFRGS, 2002.

_____. **Lupicínio Rodrigues**: a cidade, a música, os amigos. Mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS, 1995.

PEREIRA, Lúcia R. B. **Cultura e afrodescendência**: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre, 1872-2002. Doutorado em História. Porto Alegre, PUCRS, 2007.

PERUSSATTO, Melina K. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (1892-1911). Doutorado em História. Porto Alegre, UFRGS, 2018.

PREDEBON, Gabriel S. **A trajetória e as colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para A Marcha (1954-1962)**. Mestrado em História. Porto Alegre, PUCRS, 2019.

ROSA, Marcus V. de F. **Quando Vargas caiu no samba**: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940. Mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

SANTOS, José A. dos. **Prisioneiros da história**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Doutorado em História. Porto Alegre, PUCRS, 2011.

_____. **Raiou A Alvorada**: intelectuais negros e imprensa. Mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

SILVA, Fernanda O. da. **As lutas políticas** nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). Doutorado em História. Porto Alegre, UFRGS, 2017.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. SILVA, Petronilha B. G. e; SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

TRAPP, Rafael P. **A Conferência de Durban e o antirracismo no Brasil**, 1978-2001. Mestrado em História. Porto Alegre, PUCRS, 2014.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna 272

C

Colonização 122, 226

E

Ensino de história 26

F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

I

Igreja católica 115

L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-560-0

